

28 JAN 1994

CORREIO BRAZILIENSE

Abaixo a pizza

Antonio Caraballo

País fantástico este. Com raras exceções é o juízo habitualmente feito pelos estrangeiros, depois que têm a chance de conhecer o Brasil. E o espanto se justifica. Tanto pelo lado da visão de nossas potencialidades — território, população, recursos naturais, perspectivas econômicas — quanto pelo nonsense de nossos usos e costumes políticos, que gerou bordões como a “Lei de Gerson” e o recente “acabar em pizza”. Não fosse essa imaturidade coletiva e boa parte das riquezas que formam o berço esplêndido em que o gigante deita já estaria transformada em bens e serviços a colocar nossa economia entre as cinco maiores do mundo.

Mas, como “a esperança é a última que morre”, outro pensamento muito invocado pelo brasileiro, dos campos de futebol às questões mas áridas de nosso cotidiano, eis que 1994 novamente se apresenta como um ano de oportunidade. Oportunidade de passar o País a limpo, em definitivo, prosseguindo na moralização de práticas e posturas políticas expostas à execração pública pela recém-concluída CPI do Orçamento. Oportunidade de acertar o passo da economia, com a quebra de uma escrita de crises que já nos fez perder uma década (a de 80) e até aqui não autorizava maior otimismo em relação aos anos 90. Oportunidade, de quebra, de colocarmos a faixa de tetracampeões mundiais de futebol e fazer de 1994 mais um daqueles anos históricos. Agenda para isso não falta.

O problema é que, para chegarmos lá, não há como admitir o espírito da pizza. Isso vale especialmente para o Congresso Nacional, que neste momento concentra o que de mais importante tem o País pela frente. A votação do plano econômico do Governo, por exem-

plo. A pregação do ministro Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda, em favor de reforços na arrecadação para equilibrar as contas públicas aparentemente sensibilizou os parlamentares; não sem muita negociação e resistências variadas, afinal de contas aprovaram-se indigestos aumentos de impostos. Mas não há como esquecer o outro lado da mesma moeda do equilíbrio orçamentário — a redução de despesas. Se as concessões feitas resultarem em um déficit zero apenas formal, as chances de o plano Cardoso finalmente abrir caminho para a queda da inflação e a retomada do crescimento ficarão comprometidas.

Vale o mesmo para a revisão constitucional. Nos últimos anos cresceu a consciência nacional em torno de temas básicos, como a redução do tamanho do Estado e sua concentração em obras sociais como infra-estrutura, educação, saúde e segurança. Também as vantagens de uma abertura econômica já são admitidas até por facções que em 1988 costuraram muitos dos artigos protecionistas e isolacionistas da atual Carta. Pretextos os mais variados estão dificultando o deslanche desse processo de revisão, para desespero também do Governo, que espera fazer enormes reformas no País (tributária, previdenciária) com suas emendas. As preocupações com o futuro desta revisão ficam maiores quando se percebe que ela é básica para o ajuste interno e externo de um Brasil que ainda empurra com a barriga o momento de assinar sua tão anunciada reconciliação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as linhas de crédito controladas pelo Primeiro Mundo. Bem ou mal, há muito tempo a bola não se oferecia tão mansa para que o Congresso marque um histórico gol de placa. O que o País talvez não agüente é ver jogo tão importante terminar em pizza.